

Editorial

Março é um mês de mudanças. Em março despimos o casaco que nos agasalhou todo o Inverno e abrimos as janelas à Primavera, com os seus ventos reinados a despentear camisas, saias e cabelos. Março personifica o renascimento, o desabrochar das cores semeadas nos campos, os gritos estridentes de pequenos corpos alados a riscar o ar.

E nós, no meio disto tudo, às voltas com a pandemia das nossas vidas, começamos a levantar a cabeça, inquietos, farejando os sinais de bonança no meio da tempestade. O vírus pode ter vindo para ficar, não é o primeiro nem será o último, mas já estamos a congregiar os meios para lidar com ele como, aliás, sempre temos feito até aqui. A grande arte da Humanidade não é ser mais forte, mas sim, a de nunca se conformar, transformando continuamente problemas em desafios.

Na energia também estamos assim. Não sei se existe uma noção coletiva do momento que estamos a viver agora. É muito provavelmente a mais rápida alteração de modelo energético de que há memória. Um esforço gigantesco e inadiável, em que nos habituámos a ouvir e a dizer palavras e frases como, “sustentabilidade”, “descarbonização”, “neutralidade carbónica”, “transição energética”, “eletrificação”, “eficiência energética primeiro”, “gases renováveis”, “otimização de infraestruturas”, “sociedade do hidrogénio”, “armazenagem de energia”, “autoconsumo”, “comunidades de energia renovável”, entre tantas outras.

No meio desta revolução, carregada de urgência, de inovação, de sustentabilidade, também não ficou esquecido o nosso papel enquanto consumidores. Estamos cada vez mais no centro das decisões. O futuro modelo energético será, sem dúvida, o resultado de uma ampla participação de todos e das gerações futuras, privilegiando a literacia energética e a transparência das opções, assegurando uma transição justa e democrática, que não pode deixar ninguém para trás.

*João Bernardo,
Diretor-Geral*

| Pobreza Energética

Por ocasião da publicação da Portaria n.º [45-B/2021](#), de 1 de março (ver notícia seguinte para mais detalhes), damos conta que Portugal (ainda) é um dos países da Europa em que as condições de habitabilidade e de saúde são mais afetadas pela qualidade de construção e pelo insuficiente conforto térmico das suas casas, traduzido num dos maiores índices de mortalidade excessiva no Inverno, no conjunto dos países europeus ([Healy, 2003](#); [Fowler et al, 2015](#)), e que tornam visíveis as situações limite de «pobreza energética». Este termo, que começou a ser utilizado no início dos anos noventa, descreve



os problemas associados à incapacidade de as famílias acederem a serviços energéticos, devido a baixos rendimentos. A pobreza energética, começou a ser abordada coletivamente pela UE com a aprovação das Diretivas [2009/72/CE](#) (mercado interno da eletricidade) e [2009/73/CE](#) (mercado interno do gás natural), onde se reconhece pela primeira vez a pobreza energética

como um problema em crescimento no seio da Europa, recomendando aos Estados Membros que desenvolvam planos nacionais de ação, ou outros enquadramentos adequados, com o objetivo de reduzir o número de pessoas por ela afetadas. Foram também estes normativos europeus que introduziram o conceito de consumidores ou clientes vulneráveis. A pobreza energética, apesar de integrar realidades diferentes consoante a geografia analisada, não é apenas é um problema de acesso a um serviço, mas um problema estrutural, de natureza socioeconómica. |

| Tarifa Social de Energia - alteração da periodicidade dos processamentos automáticos

Foi publicada no dia 1 de março a Portaria n.º [45-B/2021](#) que altera a Portaria n.º [178-B/2016](#) para a tarifa social de energia elétrica, equivalente à Portaria n.º [12/2021](#) para a tarifa social de gás natural. Esta Portaria altera, entre outros pontos, a periodicidade dos processamentos automáticos, que passa de trimestral para mensal e estabelece que a invocação mensal ao nível da Segurança Social englobe o universo dos NIF com contratos nas condições de elegibilidade em termos energéticos, em conformidade com o ocorrido para o gás natural. Ao nível da Autoridade Tributária e Aduaneira, mensalmente, passa a ser revista a condição de cliente economicamente vulnerável para os clientes que sofreram algum tipo de modificação/alteração dos pressupostos ou dados dos contratos de fornecimento de energia elétrica, bem como para novos clientes de energia elétrica e/ou novo local de consumo (novos contratos). Anualmente, em setembro, mantém-se a revisão junto da AT da condição de cliente final economicamente vulnerável para a totalidade dos clientes de energia elétrica, com as condições energéticas exigidas. Com a entrada em vigor da Portaria a 1 de março de 2021, a equipa da Tarifa Social da Divisão de Mercados da DGEG, em articulação com as restantes entidades envolvidas na atribuição automática da Tarifa Social, desenvolveu num curto espaço de tempo os ajustes necessários, de forma a acomodar a alteração legislativa, no sentido possibilitar a realização do primeiro processamento automático mensal na vertente de energia elétrica, em março de 2021, em simultâneo com o segundo processamento automático mensal para o gás natural. |

| Campanha Nacional de Reescalonamento da Etiqueta Energética da UE



A etiqueta energética da UE é uma forma de atestar a eficiência energética dos produtos relacionados com a energia. Esses produtos são em geral destinados aos consumidores finais e a etiqueta

visa habilitá-los com um conjunto de informações, para além do preço, relativamente ao comportamento energético e outros requisitos funcionais e ambientais importantes a ter em conta no ato da compra. Esta nova geração de etiquetas resulta da aplicação das disposições relativas ao reescalonamento já previstas do no novo [Regulamento \(UE\) 2017/1369](#), legislação quadro sobre esta matéria e que se iniciou a 1 de março de 2021 para os ecrãs eletrónicos e um conjunto de eletrodomésticos, por via da entrada em aplicação de regulamentos delegados específicos. Uma vez que o processo de reescalonamento implica a substituição das etiquetas existentes pela nova etiqueta terá de se ter em conta a adequada informação ao consumidor, de forma a que este reescalonamento não seja percecionado como uma desvalorização da etiqueta energética, em especial para os casos em que produtos com a antiga classificação de A+ a A+++ passam a ter uma classificação de B ou C. Está em curso, desde 1 de março de 2021, uma campanha nacional relativa a esta questão que é vital para a descodificação da nova etiqueta energética.

Para esse efeito começou em 2020 um trabalho preparatório de auscultação e colaboração com os *stakeholders* nacionais representando as cadeias de valor abrangidas bem como um trabalho de articulação e colaboração, entre a DGEG e os Parceiros Portugueses dos projetos H2020 destinados a apoiar estas campanhas de reescalonamento na UE, um com o nome Label2020, cujo parceiro português é a ADENE, e os Parceiros Portugueses no projeto BELT – Boost Energy Label Take Up (DECO Proteste e SONAE/WORTEN), visando, num esforço conjunto, compatibilizar as respetivas campanhas, no sentido de uma perspetiva sinérgica de complementaridade. Ver mais em [novaetiquetaenergetica.pt](#). |

| Participação da DGEG no Workshop Floresta e Bioenergia

O “Workshop Floresta e Bioenergia – Será a floresta uma verdadeira solução para a produção de energia?”, organizado pela Associação ZERO, ocorreu online, no passado dia 2 de março, com mais de 200 participantes inscritos, para além dos que acompanharam o evento via Facebook. Teve a participação de vários convidados, entre os quais Luís Gil, em representação da DGEG, que fez uma apresentação intitulada “O papel da biomassa (residual florestal) no setor das energias renováveis”.

Para além do moderador Francisco Ferreira, participaram também Nuno Neto da Navigator, João Gonçalves do Centro Pinus e Filipe Duarte Santos.

Numa altura em que se discute a necessidade de maior ambição no combate às alterações climáticas para cumprir o Acordo de Paris, e alcançar a neutralidade carbónica em 2050, a floresta é tida por muitos como parte da solução energética. Para a União Europeia, a utilização da floresta é tida como renovável e neutra em carbono. Em Portugal, fruto de uma política de promoção da queima de biomassa florestal residual como solução para a limpeza das florestas e em simultâneo para contribuir com uma energia limpa, foram instaladas centrais de biomassa dedicadas ou em regime de cogeração. Até ao momento, em Portugal, a eventual conversão de centrais a carvão para biomassa ainda não é um dado adquirido. Mas, nem sempre a opinião relativamente à aposta na biomassa como fonte de energia renovável é unânime, levantando-se diversas questões. Foram precisamente estes temas que foram debatidos no Workshop, envolvendo de forma aberta diferentes *stakeholders* cuja opinião serviu para clarificar o presente e o futuro de uma floresta que se pretende explorada de forma sustentável e numa lógica de economia circular. |



| Audição sobre alteração de traçado de postes na Barragem de Daivões

No dia 3 de março de 2021, o Diretor-Geral, João Bernardo e a Subdiretora-Geral, Maria José Espírito Santo, prestaram esclarecimentos numa Audição Parlamentar aos Deputados da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento à DGEG e à Agência para o Ambiente (APA), na sequência de uma petição da



população do concelho de Ribeira de Pena para a alteração ao traçado existente e que implica o desvio de 7 apoios da linha de 60 kV Fermil-Bragadas, para que não fiquem imersos devido ao enchimento da Barragem de Daivões. O Diretor-Geral esclareceu que o pedido de licenciamento foi analisado face à legislação existente, seguindo os procedimentos em vigor, incluindo o resultado de uma consulta pública à população que não obteve qualquer impeditivo na altura, bem como à análise de questões de segurança do abastecimento à população e não obstrução das manobras de combate aos fogos. A Subdiretora-Geral acrescentou ainda que foram também ajuizados os interesses dos consumidores face aos custos para o consumo que acarretavam outras alternativas existentes. Paralelamente, o Presidente da APA propôs na audição que as consultas à população fossem

realizadas a par da elaboração dos projetos dos promotores por forma a que quando chegassem à fase de licenciamento, os projetos já refletissem as propostas e preocupações gerais e específicas das populações que possam ser afetadas pelos mesmos. |

| Participação da DGEG na Convenção Virtual PDAC 2021

De 8 a 11 de março realizou-se mais uma edição anual de um dos maiores eventos da indústria extrativa a nível mundial, onde estão representados vários países e empresas: o PDAC 2021, [Convention-Prospectors and Developers Association of Canada](https://www.pdac.org/). É



nesto mercado que as empresas juniores promovem a sua carteira de projetos de prospeção e pesquisa para conseguir os financiamentos necessários para os trabalhos de prospeção, e onde as grandes empresas procuram novas oportunidades de negócio. Trata-se de uma oportunidade para a troca de

experiências, divulgação do potencial dos países e de empresas na área mineira. Desde 2007, Portugal tem estado representado neste evento quer a nível institucional, através da DGEG, do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) e da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA (EDM), quer a nível empresarial. Este ano, devido à pandemia, o evento ocorreu virtualmente, tendo a DGEG sido mais uma vez convidada pela Comissão Europeia para representar Portugal no pavilhão virtual da União Europeia. A DGEG promoveu o potencial nacional dos recursos geológicos, numa altura em que alguns recursos minerais são estratégicos para a transição energética, e prestou esclarecimentos técnicos e de carácter regulamentar para o acesso à atividade de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais. Destaca-se o filme «[Portugal Mineral Resources](#)». |

| Águas Minerais Naturais e de Nascente - controlo do engarrafamento em tempos de pandemia

O engarrafamento das águas minerais naturais e de nascente implica a existência de uma oficina de engarrafamento, sujeita ao regime de licenciamento industrial (SIR). A DGEG/DSRHG, entidade coordenadora do licenciamento destes estabelecimentos industriais do tipo 3, realiza vistorias de rotina nas vertentes higiénico-sanitária e tecnológica, desde a captação de água até à linha de enchimento, tendo sempre como premissa a proteção do recurso.



A verificação das condições de funcionamento [destas oficinas](#) é fundamental, no entanto, tendo em conta as limitações atuais devido à pandemia, a DSRHG apostou numa nova metodologia em que as atividades de controlo são inicialmente realizadas à distância pela análise da informação disponível e/ou solicitada via eletrónica aos industriais, o que levou à reformulação da documentação utilizada, para constatar as evidências

de forma eficaz. As reuniões com as entidades envolvidas (ACT, ARH, ARS, CCDR, DGAV e Municípios), serão efetuadas por videoconferência. Em fase de conclusão do processo, será avaliada a oportunidade de complementaridade do trabalho realizado, com verificações *in loco*. Na sequência de um email circular da DSRHG, a propor a metodologia, e após articulação com as entidades acima referidas, estão agendadas duas reuniões para o final deste mês. |

| Reunião informal conjunta de Diretores-Gerais de Energia e Clima

No dia 10 de março teve lugar uma reunião informal conjunta dos Diretores-Gerais de Energia e do Clima da União Europeia. O Diretor-Geral de Energia e Geologia, João Bernardo, e o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Nuno Lacasta, participaram nesta reunião, que visou a apresentação por parte da Comissão Europeia dos resultados das consultas públicas sobre as propostas legislativas de energia e clima do Pacote "[Fit for 55](#)" e respetivo debate



O Diretor-Geral da DGEG evidenciou a importância deste pacote legislativo, a apresentar formalmente pela Comissão em junho de 2021, face ao aumento da ambição climática europeia, tendo destacado a respeito das prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE21), o papel da eficiência energética para a competitividade das empresas, do hidrogénio para a transição energética e ainda a necessidade de assegurar o compromisso para uma Europa interligada e a pertinência da revisão em curso do Regulamento das Infraestruturas Energéticas Transeuropeias como um dos desafios do semestre corrente. A Comissão Europeia apresentou também a situação dos trabalhos relativos às Estratégias Nacionais de Longo Prazo e o Diálogo de Alto Nível de Energia das Nações Unidas. |

| Suspensão da licença de exploração da Central Termoelétrica de Vila Velha de Rodão

No âmbito de uma ação de fiscalização conjunta (CCDR-Centro, ANEPC, APA-ARH Tejo e Oeste e DGEG) na sequência de denúncias, entre as quais da Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão, dando conta de situações irregulares na exploração da Central Termoelétrica de Vila Velha de Rodão, operada pela Bioenergy – Sociedade de Produção de Energia S.A., entre elas questões ambientais e de segurança, a DGEG procedeu à suspensão dos efeitos da licença atribuída para exploração, tendo a entidade sido notificada no passado dia 9 de março. A suspensão será mantida até que sejam ultrapassadas um conjunto de irregularidades e desconformidades detetadas pelas entidades envolvidas. Caso a entidade visada não adote as medidas necessárias à sua regularização dentro dos próximos seis meses, conforme detalhado no relatório da ação de fiscalização conjunta, e passíveis de verificação por nova ação de fiscalização, será feita a revogação da licença de exploração desta Central Termoelétrica que opera com biomassa derivada do bagaço de azeitona, para alimentar dois geradores de 2050 kW (2600 kVA) e de 3500 kW (4477 kVA). |

| DGEG participa nas reuniões da Agência Internacional de Energia

A Direção-Geral de Energia e Geologia, participou, mais uma vez, nas reuniões dos grupos de trabalho da Agência Internacional de Energia – Grupo Permanente sobre questões de emergência (SEQ) e Grupo Permanente dos mercados petrolíferos (SOM) que tiveram lugar nos passados dias 17 e 18 de março,



por videoconferência. Na reunião do SEQ foram abordadas e discutidas questões relacionadas com emergências relativas ao fornecimento de petróleo bruto, produtos derivados de petróleo, gás natural e eletricidade, bem como a avaliação técnica efetuada pelos peritos da AIE, ao grau de preparação de alguns países em resposta a emergências, entre os quais Portugal. Um dos documentos discutidos foi o relatório do *Emergency Response Review* de Portugal, resultante do exame efetuado pela AIE, em setembro de 2020, às políticas nacionais em matéria de resposta a emergências. A representação nacional esteve a cargo da Subdiretora Geral de Energia, Maria José Espírito Santo, Carlos Oliveira e António Vasconcelos da DGEG e Nuno Matias da ENSE. Na reunião conjunta do SEQ e do SOM foi abordada a situação dos mercados globais de petróleo, das estimativas e tendências da AIE para o setor energético mundial. Igualmente interessante a apresentação do relatório [OIL 2021 – Forecast &](#)

[Analysis to 2026](#). Igualmente interessante a apresentação, pela Dinamarca, da sua intenção de construir um centro de energia no Mar do Norte, fixado numa ilha construída artificialmente a 80 quilómetros da costa da península Jutlândia, para produzir uma quantidade nunca vista de eletricidade “limpa”, bem como dos desafios que um projeto desta natureza apresenta. |

| Participação na reunião do Grupo de Planeamento Energético da NATO

A NATO conta com uma rede de comités para lidar com todas as matérias na sua agenda, desde questões políticas a questões mais técnicas. Estes comités juntam regularmente representantes nacionais e especialistas de todos os países membros da NATO. Nesse sentido, competindo à DGEG, assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da NATO, em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional, dois representantes da DGEG, (Manuela Fonseca e Carlos Oliveira) participaram no dia 16 de março na reunião do Energy Planning Group, por videoconferência. Durante a reunião foram abordados diversos temas, nomeadamente o importante papel de apoio das Forças Armadas à população, às autoridades de saúde às instituições de cariz social, e ao desenvolvimento de novas respostas de proteção contra o COVID, bem como os novos desafios de articulação entre entidades civis e militares que esta crise sanitária mundial apresenta, a resiliência do setor energético, desafios e alterações climáticas. |



| Louvor atribuído a Carlos Eduardo Feio Magno

Transcrição do louvor atribuído pelo Diretor-Geral, João Bernardo, a Carlos Eduardo Feio Magno publicado no Diário da República nº 51/2021, Série II, de 15 de março, que recentemente se aposentou: “O licenciado Carlos Eduardo Feio Magno, quadro da Direção-Geral de Energia e Geologia ao longo de dezasseis anos, exerceu nessa condição funções de apoio jurídico e funções de chefia, nomeadamente, como diretor de serviços da Direção de Serviços de Assessoria e Regulamentação, e, posteriormente, como diretor de serviços da Direção de Serviços de Energia Elétrica, cargo que ocupava quando se aposentou no final de 2020. Tendo cessado o exercício de funções públicas ao serviço desta Direção-Geral, não posso deixar de realçar a carreira e o percurso do jurista Carlos Eduardo Feio Magno, em grande parte repartida entre o Instituto Geológico e Mineiro, onde exerceu durante 11 anos o cargo de chefe de Divisão de Licenciamento e a Direção-Geral de Energia e Geologia. O sentido de responsabilidade e rigor, aliados a uma determinação e vontade, alicerçadas no saber e experiência pessoal, deixaram uma marca indelével nos setores onde trabalhou, dos recursos geológicos ao setor elétrico, em especial no que se refere à regulamentação destes setores. Por tudo o que referi, a que acrescento a forte dedicação ao serviço público, considero ser de inteira justiça conceder-lhe público louvor, pelo empenho, profissionalismo e sentido do dever com que desempenhou as suas funções públicas e que tive o privilégio de testemunhar nos últimos dezasseis anos.” |

| Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal: O Museu do Canteiro

O Solar dos Goulões, mais tarde designado Solar Ulisses Pardal, em Alcains (Castelo Branco), acolhe o Museu do Canteiro, estrutura da responsabilidade da ALBIGEC - Entidade Empresarial Municipal. A exposição permanente do museu tem como tema central a pedra, as técnicas e os instrumentos para trabalhar este material - nomeadamente o granito - tão ligado à história socioeconómica da Vila e do



Concelho. Para além da exposição permanente dedicada ao labor do canteiro, o Museu apresenta regularmente diversas exposições temporárias relacionadas com a temática da pedra. O Museu do Canteiro foi inaugurado no dia 22 de janeiro 2005 com a exposição “Formas construtivas elementares - Fotografia de Orlando Ribeiro”. Canteiro foi inaugurado no dia 22 de janeiro 2005 com a exposição “Formas construtivas elementares - Fotografia de Orlando Ribeiro”. A mostra de fotografias de Orlando Ribeiro,

preparada para a inauguração com o apoio do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, da Professora Suzanne Daveau e do fotógrafo Duarte Belo, constituiu então um relevante e inédito contributo para a afirmação do museu. A exposição de fotografias deste geógrafo, completada por algumas notas de campo, mostra, nomeadamente, diversas estruturas pétreas edificadas rudimentarmente pela mão do homem, que não o canteiro, ou formas matriciais do que é o labor do canteiro. Iniciou-se assim da melhor forma, o ciclo de exposições temporárias do Museu do Canteiro. Presentemente a exposição faz parte do espólio do Museu do Canteiro. Mais informações em [Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal](#). |

| Homenagem a Miguel Magalhães Ramalho (1937-2021)

Geólogo proeminente, trouxe um contributo inestimável às Ciências da Terra, nas áreas da Estratigrafia, Micropaleontologia (especialmente do Jurássico Superior), Cartografia geológica e Património geológico. Desde a sua entrada nos então Serviços Geológicos de Portugal, promoveu e contribuiu para a realização de programas e projetos de investigação e de cartografia geológica sistemática do país, para o relançamento de diversas atividades, equipando os laboratórios e acentuando a melhoria das condições de trabalho, e incrementou a colaboração com diversas universidades portuguesas e outras instituições nacionais e estrangeiras. No Instituto Geológico e Mineiro, como Vice-Presidente, foi responsável pelos

Núcleos da Biblioteca e Publicações, Litoteca e Museu Geológico. No Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, coordenou o Departamento de Geologia, Litoteca e Museu Geológico. Destaque-se a devoção que sempre demonstrou pelo Museu Geológico, um dos museus geológicos mais antigos do mundo (1813-1882), património português de valor incalculável. Tendo lecionado como Professor Catedrático convidado na Universidade de Lisboa, contribuiu para a formação científica dos nossos geocientistas e para a evolução académica dos docentes. Foi Presidente da Liga para a Proteção da Natureza, lutando pela classificação de Áreas Protegidas, pela proteção das Paisagens Protegidas, e chamando a atenção para a vulnerabilidade das zonas costeiras, numa altura em que pouco se falava ainda das alterações climáticas e da subida do nível médio do mar. Já aposentado, trabalhava “pro-bono”, salientando a importância da Geologia em áreas como o ordenamento do território ou o reconhecimento dos recursos minerais, considerando “essencial” conhecer “a terra que pisamos”. Miguel Magalhães Ramalho era um entusiasta, um lutador, um sábio. Marco da Geologia Portuguesa, partiu, mas continuará presente nas nossas memórias e no nosso coração. |

| Dados estatísticos disponibilizados em Março

No site da DGEG vão sendo disponibilizados dados estatísticos de [energia](#) e de [recursos geológicos](#) de acesso livre. Ao abrigo do protocolo de delegação de competências com o INE, foram disponibilizados este mês:

- Dados do [comércio externo de 2020 \(exportações e importações\), de minas e pedreiras](#), nomeadamente, quantidade e valor de produção;
- Estimativas rápidas de consumo energético (referente a fevereiro de 2021) - Estimativa dos consumos de eletricidade, gás natural e principais produtos de petróleo, com desagregação por grandes setores económicos. Inclui comparação com iguais períodos do ano anterior;
- Estatísticas rápidas das renováveis referentes a janeiro (nº 194) e fevereiro (nº 195) de 2021 - Informação sobre a produção de energia elétrica renovável, capacidade instalada e equipamentos de produção de energia a partir de fontes renováveis;
- Estatísticas rápidas do petróleo, gás natural e carvão referentes a janeiro (nº 186) e fevereiro (nº 187) de 2021 - Informação sobre consumos de petróleo e produtos de petróleo, gás natural e carvão, assim como dos respetivos preços;
- Produção de energia elétrica, no continente referente a janeiro e fevereiro de 2021 - Informação mensal da produção de energia elétrica e os respetivos consumos de energia primária;
- Importações/(re)exportações de gás natural e carvão por origem/destino referentes a janeiro e fevereiro de 2021 - Informação relativa às importações e (re)exportações de gás natural e carvão, por origem e destino;
- Vendas de produtos de petróleo referentes a janeiro e fevereiro de 2021 - Informação sobre as vendas mensais dos principais produtos de petróleo, em Portugal;
- Preços de venda ao público dos combustíveis rodoviários e do fuelóleo, no Continente referente a 1, 8, 15, 22 e 29 de março - Preço médio de venda ao público, por produto comercializado.
- Estrutura dos preços dos combustíveis rodoviários na União Europeia (UE27) referente a janeiro e fevereiro de 2021 - Preços médios de venda ao público do gasóleo e gasolina 95, na UE27 e por Estado Membro, e respetiva estrutura de preços (Preços sem taxas, imposto sobre produtos petrolíferos, taxa de IVA, preço de venda ao público);
- Preços dos combustíveis gasosos, no continente referente a janeiro e fevereiro de 2021 - Preços médios de venda ao público do butano e propano, no Continente;
- Evolução das cotações médias mensais do petróleo bruto referente a janeiro e fevereiro de 2021 - Série dos valores médios das cotações do crude (Brent);
- Preços de importação e exportação de crude e suas origens referente a janeiro e fevereiro de 2021.

| Legislação

Sugestão de apontamentos de legislação publicada no Diário da República com interesse para atividades no âmbito da energia e dos recursos geológicos:

- [Portaria n.º 45-B/2021](#), procedimentos, modelo e demais condições necessárias à aplicação da tarifa social de fornecimento de energia elétrica a clientes economicamente vulneráveis.

- [Despacho n.º 2535/2021](#), regulamento de atribuição do incentivo pela introdução no consumo de veículos de baixas emissões.
- [Resolução da Assembleia da República n.º 73/2021](#), recomenda ao Governo a reformulação profunda do Tratado da Carta de Energia.
- [Portaria n.º 55/2021](#), estabelece regras sobre os critérios e procedimentos de avaliação a observar na seleção e hierarquização das candidaturas aos concursos no âmbito do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC), e revoga a Portaria n.º 26/2013.
- [Declaração de Retificação n.º 9/2021](#), retifica a Portaria n.º 39/2021, que determina o procedimento de marcação do gásóleo profissional utilizado para abastecimento nas instalações de consumo próprio.
- [Declaração de Retificação n.º 9-A/2021](#), retifica o Decreto-Lei n.º 8/2021, que procede à atualização das metas de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis para consumo em território nacional para 2021.
- [Despacho n.º 3163/2021](#), determina a tarifa social de fornecimento de gás natural em 2021-2022.

| Propostas de Leitura

Informação disponibilizada em acesso livre, por entidades nacionais/internacionais na área da energia e dos recursos geológicos.

- Euromines (2021). [Providing Metals and Minerals for Carbon Neutrality](#). O documento produzido pela Associação [Euromines](#), pretende contribuir para o esforço colaborativo internacional e europeu entre todos os *stakeholders* e ser uma fonte de inspiração para os decisores políticos na tomada de decisão e regulamentação no que respeita à transição sustentável da indústria extrativa, demonstrando as soluções tecnológicas que a indústria extrativa tem implementado de modo a reduzir a pegada dos gases com efeito de estufa.
- European Commission (2021). [Towards fair and prosperous sustainability -Transitions performance index 2020](#). Apresenta índices para os países membros da União Europeia e 45 outros países, mostrando a performance atribuída a cada um, ao longo de quatro eixos de transição: económica, social, ambiental e de governança.
- IEA (2021). [OIL 2021: Analysis and Forecast to 2026](#). Após a crise nos mercados de crude, provocada pelo COVID-19, este documento da Agência Internacional de Energia explica e os efeitos verificados nos mercados e oferece previsões ao nível da procura e da oferta até 2026, explorando desafios e incertezas que se colocam até lá.
- IRENA (2021). [Oil companies and the energy transition](#). Este artigo técnico da Agência Internacional de Energia Renovável faz a análise da estratégia de sete companhias internacionais de petróleo, descrevendo estratégias adotadas por cada uma e medidas implementadas para estabilização climática, e aponta oportunidades para o futuro, em linha com políticas net-zero.
- IRENA (2021). [World Energy Transitions Outlook Preview](#). Proposta de caminho para se alcançarem as metas do Acordo de Paris, apresentando opções para limitar o aumento a 1.5°C e baixar as emissões de carbono até 2050. Identifica oportunidades para informar o desenho de políticas e dar suporte os decisores para os novos sistemas energéticos.
- JRC (2021). [Recent trends in EU coal, peat, and oil shale regions](#). 21 Estados Membros estão já livres de carvão ou a caminho de o serem até 2030, conforme Planos Nacionais de Energia e Clima. Este estudo do Centro de Investigação Conjunta Europeu atualiza e expande o estudo de 2018.
- JRC (2021). [Waterborne transport in Europe - the role of Research and Innovation in decarbonisation](#). Este relatório apresenta uma síntese de projetos relevantes de I&D que abarcam questões relativas à descarbonização de transportes fluviais/marítimos e apresenta várias medidas já implementadas para promover a descarbonização do transporte.

| Propostas de Eventos/Atividades

Seção com sugestões de atividades e eventos de entidades nacionais/internacionais com interesse para as áreas de energia e recursos geológicos.

- [Energy and Mines Australia Virtual Summit](#), online, 15-17 junho, 2021.
- [International Conference on Resource Sustainability](#), online, 19-23 julho, 2021.
- [International Conference on Raw Materials and Circular Economy](#), Atenas, 5-9 setembro, 2021.
- [European Photovoltaic Solar Energy Conference and Exhibition \(EU PVSEC\)](#), Lisboa, 6-10 setembro.
- [International Conference on Environmental Science & Green Energy](#), Paris, 13-15 setembro, 2021.
- [EU Sustainable Energy Week](#), online, 25-29 outubro, 2021.

Subscrever Newsletter: <https://forms.gle/XTdYVUj4SNC4Nphe9>. Comentários/Sugestões: newsletter@dgeg.gov.pt.

Ficha técnica

Edição: DGE

Coordenação editorial: Mónica Pinheiro (Editora Coordenadora), Luís Gil (Energia), Paula Dinis (Recursos Geológicos) e Fedra Oliveira (Internacional).

Equipa redatorial: Carla Lourenço, Carlos Oliveira, Donzília Santo, Fedra Oliveira, Filipe Pinto, Isabel Soares, João Bernardo, José Miguel Martins, Lília Varejão, Luís Gil, Manuela Fonseca, Maria José Espírito Santo, Maria José Sobreiro, Marlene Neves, Mónica Pinheiro, Patrícia Falé, Paula Cristina Gomes, Paula Dinis, Rita Pascoal, Sara Horgan, Susana Carvalho e Vasco Roxo. (22)

Distribuição gratuita.

Contactos

Morada: Av. 5 de Outubro, nº 208, 1069-203 Lisboa

Telefones: 217 922 700 | 217 922 800

E-mail: newsletter@dgeg.gov.pt

Página: www.dgeg.gov.pt/newsletter-dgeg/

